

# ACESSO À EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: UM PANORAMA SOBRE A DESIGUALDADE SOCIAL E SEUS REFLEXOS NO ENSINO BÁSICO

## ACCESS TO PUBLIC EDUCATION IN BRAZIL: AN OVERVIEW OF SOCIAL INEQUALITY AND ITS IMPACT ON BASIC EDUCATION

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
e-mail marcus\_nathan1203@hotmail.com

Eliane Cristina Tenório Cavalcanti Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ  
email eliane.cavalcanti@hotmail.com

Marcely Silva de Souza Universidade Santa Úrsula  
e-mail marceley.souza@hotmail.com

Jade Maccione Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ/Brasil  
e-mail maccionejade@gmail.com

**Resumo**  
O presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa acerca de produções acadêmicas nacionais que tematizam a desigualdade social e seus reflexos na educação básica. Para tanto, foi realizado um estudo nas bibliotecas virtuais do Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e do Google Scholar compreendendo o período entre 2020 e 2022. Trata-se de um estudo qualitativo de caráter descritivo e exploratório tomando como base 10 *artigos* publicados no Brasil. Os artigos abordados neste estudo demonstram que as relações entre a educação e a reprodução das desigualdades no ensino básico são históricas e marcam a trajetória da educação brasileira com reflexos no desenvolvimento de políticas públicas. O ensaio *conclui* que para romper com o ciclo de desigualdades sociais, dentre tantos aspectos, é necessário o investimento em uma educação de qualidade com mais inclusão e equidade, visto que não basta o estudante acessar a escola, é preciso que ele possa permanecer na instituição. A implantação de uma educação crítica e transformadora é fundamental para atenuar as desigualdades sociais reproduzidas e transmitidas pela escola.

**Palavras-chave** Ensino básico. Desigualdade. Educação no Brasil.

**Abstract**  
This article aims to conduct an integrative review of national academic productions that address social inequality and its impact on basic education. To this end, a study was carried out in the virtual libraries of the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Google Scholar covering the period between 2020 and 2022. This is a qualitative study of a descriptive and exploratory nature based on 10 articles published in Brazil. The articles addressed in this study demonstrate that the relationship between education and the reproduction of inequalities in basic education are historical and mark the trajectory of Brazilian education with repercussions on the development of public policies. The essay concludes that to break the cycle of social inequalities, among many aspects, it is necessary to invest in a quality education with more inclusion and equity, since it is not enough for the student to access the school, he must be able to remain in the institution. . The implementation of a critical and transformative education is essential to mitigate the social inequalities reproduced and transmitted by the school.

**Keywords** Basic education. Inequality. Education in Brazil.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons  
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 07/05/2025  
Publicado em 30/08/2025

## 1. INTRODUÇÃO

A temática que se refere às questões relacionadas com a desigualdade na educação básica vem ocupando um espaço significativo em estudos no país. Ela faz parte das relações sociais e limita os processos de crescimento de uma determinada parte da sociedade, seja por questões sociais, econômicas, culturais e de gênero (SILVA; HASENBALG, 2000).

As causas da desigualdade estão relacionadas com diversos fatores como a má distribuição de renda, concentração do poder, má administração dos recursos públicos, além da falta de investimento na saúde, educação, cultura e na população mais carente.

No Brasil, a educação é estabelecida como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). Entre os princípios que permeiam o ensino estão a igualdade de condições para acesso e permanência na escola, e a garantia de padrão de qualidade e do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1988, art. 206).

O texto constitucional assegura que todos os cidadãos, indistintamente, têm o direito ao acesso e à permanência na escola, em condições adequadas para garantir a aprendizagem. Além de um direito humano fundamental, a educação é a base para a efetivação de outros direitos. O acesso à educação de qualidade permite o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para que os indivíduos possam viver e trabalhar em um mundo mais seguro, sustentável, baseado em conhecimentos e guiado pela tecnologia (UNESCO, 2016).

Em que pese certo protagonismo da educação nos documentos normativos nacionais, a exemplo da Constituição da República Federativa, sua efetividade em condições igualitárias aos jovens em idade escolar ainda constitui um desafio. A destinação de recursos para atingir metas de qualidade e a oferta da educação ainda se encontram restritas ao contingenciamento dos recursos financeiros e materiais necessários à sua consecução. É preciso considerar também alguns empecilhos, tais como a pouca disposição de escolas em determinados espaços urbanos, em condições de receber os jovens em idade escolar, além da limitação de oportunidades educacionais que são fatores que contribuem para desigualdade social.

Destarte, o presente artigo tem como objetivo realizar uma revisão integrativa acerca de produções acadêmicas nacionais que tematizam a desigualdade social e seus reflexos na educação básica.

## 2. DESIGUALDADE SOCIAL E SISTEMA EDUCACIONAL

O artigo 205 da Constituição Federal estabelece que, a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, ela deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988). O texto constitucional garante o direito à educação para que haja o desenvolvimento dos aprendizados indispensáveis a uma vida plena. Esses aprendizados ocorrem, em grande medida, em escolas de educação básica. Portanto, o direito à educação se concretiza no acesso e na permanência em uma escola, e nos aprendizados viabilizados pela instituição.

Por se tratar de um direito inalienável e subjetivo, deve ser ofertado universalmente de forma a promover as mesmas oportunidades para todos os indivíduos de um país. No entanto, em contextos de alta desigualdade social, como o Brasil, a universalização ainda é um desafio a ser alcançado e, portanto, a oferta de escolarização é pauta prioritária do poder público (COSTA RIBEIRO, 2009).

Apesar de avanços importantes na ampliação do acesso a todos, os níveis e modalidades educacionais, a baixa escolaridade média da população e a desigualdade de acesso e de qualidade do ensino entre diferentes grupos sociais permanecem no interior da sociedade brasileira. Nunca é demais lembrar que o sistema educacional brasileiro tem como principal característica as desigualdades sociais, a começar pela educação que coloca, de um lado, os filhos das elites, ou classes dominantes, que têm acesso à formação intelectual mais ampla e aqueles que não possuem condições básicas para frequentar a escola (MUYLAERT, 2019).

O conceito de desigualdade pode parecer algo simples, mas na realidade é extremamente complexo e envolve diversos fatores e dimensões. Muitas teorias se aprofundam na definição da desigualdade, entretanto, a categorização mais comum é a de que ela se relaciona, principalmente com os padrões econômicos de uma determinada população (DUBET, 2004).

Ao se referir às desigualdades educacionais, Seabra (2009) afirma que a sociedade adquiriu como ideologia a universalização do acesso a escola, mas que ela permanece inacessível para a maior parte da população brasileira. Para a referida autora “as desigualdades escolares sofreram uma translação nos tempos e nos espaços em que ocorrem, sem nunca terem deixado de assumir a intensa marca das diferenças sociais” (SEABRA, 2009, p. 88).

O Brasil é um dos países signatários da Agenda 2030<sup>1</sup> para o Desenvolvimento Sustentável que é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre eles, está o ODS 4 (Educação de Qualidade), que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e que busca promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

---

<sup>1</sup>Adotada em 2015 por representantes dos 193 Estados-membros da ONU, que se reuniram em Nova Iorque, a Agenda 2030 foi proposta para ser implementada a partir de 2016 e ter suas metas alcançadas até 2030.

A agenda visa assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade que garanta para todos os indivíduos oportunidades educacionais ao longo da vida, sem disparidades de gênero e etnia. Ela inclui pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situações vulneráveis. Além disso, o ODS 4 abrange a infraestrutura das escolas, a oferta de recursos para apoiar países menos desenvolvidos e a criação de garantias para que os professores tenham boas condições de trabalho e reconhecimento social (UNESCO, 2016).

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021, em 2020, 96,7% dos jovens de 16 anos pertencentes aos domicílios mais ricos concluíram o ensino fundamental, mas apenas 78,2% dos mais pobres chegaram a esse patamar. Essas desigualdades também são observadas em outras dimensões da educação, como qualidade da aprendizagem e aprovação. Os dados apontam que o país não apresentou progresso satisfatório em nenhuma das 169 metas dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, estabelecida pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2015. Foram analisadas todas as 169 metas definidas na Agenda 2030. Dessas, 92 (ou 54,4%) estão em retrocesso; 27 (16%) estagnadas; 21 (12,4%) ameaçadas; 13 (7,7%) têm progresso insuficiente; e 1 (0,6%) não se aplica à realidade brasileira. Há, ainda, 15 metas (8,9%) que não foram ranqueadas por falta de dados. Além da análise das metas, o relatório traz 127 recomendações para que o Brasil avance no cumprimento do que foi pactuado em 2015 na ONU<sup>2</sup>.

Os retrocessos no ODS 4 no país, ocorrem no acesso e permanência na escola, assim como na infraestrutura insuficiente, promoção de políticas pautadas nos direitos humanos e diversidades, entre outros. “O descumprimento do Plano Nacional de Educação, pela falta de investimentos e de centralidade de tal política no sistema educacional são o principal fator para o descumprimento também das metas do ODS 4.

A Segunda a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19 do IBGE (2021), a exclusão escolar é um dos destaques negativos do relatório, que ressalta a gravidade das desigualdades educacionais existentes no Brasil. Situação essa que se agravou ainda mais no contexto de pandemia devido as Políticas reacionárias do governo Bolsonaro (2018-2022) que reforçaram ainda mais a estagnação nos índices de analfabetismo e os retrocessos em programas que vão na contramão da promoção da gestão democrática escolar e de perspectivas inclusivas.

O governo anterior, de Michel Temer, já havia sido marcado pela ascensão de um programa econômico cuja principal marca foi a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que determinou que nenhum investimento nas áreas sociais pode ultrapassar o reajuste inflacionário até 2036. Essa medida tornou-se um grande obstáculo para a universalização do acesso à educação de qualidade no

<sup>2</sup> [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por\\_rl\\_2021\\_completo\\_vs\\_03\\_lowres.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf)

país, pois colocou em xeque o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014) com vigência até 2024 e, deverá impactar negativamente também o próximo plano, com vigência entre 2024 e 2034.

O PNE segue como a principal política pública do país para alcance do ODS 4 e, com seu escanteio desde sua sanção, tanto o cumprimento do Plano quanto do ODS 4 estão ameaçados. E, como o ODS 4 é um objetivo chave para garantia de todos os demais, podemos afirmar que a própria Agenda 2030 para o Brasil está em risco .

Segundo o Censo Escolar de 2020, “26,7 milhões de alunos matriculados no Ensino Fundamental da Educação Básica, representando 99,7% entre 6 e 14 anos, frequentam a escola na faixa etária de 6 a 10 e de 11 a 14 anos” (BRASIL, 2021). Porém, este número elevado de estudantes matriculados, não vem se traduzindo em aproveitamento escolar. Com efeito, o aproveitamento escolar ainda é baixo, ensejando grande preocupação em relação à aprendizagem.

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura como base *artigos* publicados no Brasil. Conforme Pompeo et al. (2009), ela tem como principal objetivo: reunir e sintetizar os estudos realizados sobre um determinado tema, construindo uma conclusão a partir dos resultados evidenciados em cada estudo, bem como investigar problemas idênticos ou similares. A pesquisa é de natureza qualitativa e de caráter descritivo exploratório. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. As pesquisas descritivas adotam como objetivo primordial a descrição das características de determinado fenômeno.

O material bibliográfico analisado se constituiu em artigos publicados em periódicos cujos dados coletados foram: autor (es), título, periódico de publicação e ano. A busca nessas bases se justifica pelo fato de que elas atendem às demandas de setores acadêmicos, possibilitando a promoção do aumento da produção científica nacional. A questão proposta nesse trabalho é a seguinte: qual é a relação entre a desigualdade social e a educação básica?

Para a realização desta revisão, foram utilizados os seguintes procedimentos: delimitação do tema, definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados, seleção das questões de pesquisa, avaliação dos estudos incluídos na revisão, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento (MENDES, SILVEIRA, GALVÃO, 2008).

Foram selecionados 10 estudos de acordo com os seguintes critérios de inclusão/exclusão: os trabalhos publicados em língua portuguesa, artigo completo durante o período de 2020 a 2022

disponível nas Bibliotecas Virtuais do SciELO (*Scientific Electronic Library Online* – Portal Regional) e do Google Scholar compreendendo o período entre 2020 e 2022. A busca nessas bases se justifica pelo fato de que ela atende às demandas dos setores acadêmico, produtivo e governamental, possibilitando a promoção do aumento da produção científica nacional. Ficaram definidos para as buscas os descritores “Desigualdade Social” e “Educação Básica“. Tal escolha se deu pelo fato de que são palavras-chaves relacionadas diretamente com o tema pretendido.

É necessário ressaltar que para inclusão e análise dos artigos foram seguidos os seguintes critérios: artigos indexados nas bases de dados descritas publicados na íntegra na língua portuguesa e que atendiam a questão norteadora do estudo. Como critério de exclusão, não foram considerados estudos de revisão, trabalhos de conclusão de curso, dissertações. Teses.

#### 4. RESULTADOS

Após realização da busca nos bancos de dados, os artigos encontrados foram lidos e analisados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente citados. A partir dessa leitura, foi feita uma leitura rigorosa com o intuito de realizar uma análise dos artigos selecionados. Foi possível alcançar como resultado 10 os quais estão relacionados de forma sintetizada no Quadro 01. Os trabalhos foram distribuídos na seguinte ordem: Autor (es), título, Periódico, Tipo de trabalho, Ano.

QUADRO 1 – Artigos que relacionam a desigualdade social e a educação no Brasil (2020-2022)

Nº	Autor (es)	Título	Periódico	Tipo de trabalho	Ano
1	Isabela Freitas de Carvalho, Vanessa Cristina Trevison	A desigualdade social e suas Implicações no Sistema Educacional Brasileiro	Revista Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade	Artigo	2021
2	Renan Santos Furtado, Vergas Vitória Andrade da Silva	A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais.	Revista Curriculum	Artigo	2020
3	Alexandre Nascimento da Silva, Francisco Alex Pereira	A reprodução da desigualdade no ambiente escolar: Considerações	Revista Universidade Federal da Paraíba.	Artigo	2020

	Soares	sobre a formação e políticas educacionais.			
4	Marcele Camargo Ramos, Edinilson dos Anjos Silva, Aline Maria Tomaz Evaristo	Tensionando a discussão no campo das desigualdades sociais: Uma vivência na educação básica.	Revista Braz. J. of Develop	Artigo	2020
5	Maria Alice Nogueira	O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Artigo	2021
6	Dalila Andrade Oliveira e Edmilson Antonio Pereira Junior	Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira	Retratos da Escola	Artigo	2020
7	Júlio Resende Costa, Karina Jacób Monteiro, Cacilda da Silva, Bianca Marques de Oliveira Pereira, Ueslaine Eduarda Pereira dos Santos	<i>Educação Básica Pública em Tempos de Pandemia: um Ensaio sobre a Garantia da Igualdade no Acesso à Educação.</i>	Brazilian Journal of Business	Artigo	2021
8	Ana Paula da Graça Souza BlenginI e Fabiana de Cássia Rodrigues	<i>A educação básica sob o ensino remoto na pandemia: aprofundamento das desigualdades educacionais e reconfiguração do “fracasso escolar”?</i>	<b>Org &amp; Demo</b>	Artigo	2021

09	Clovis Trezzi	A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional	<b>Org &amp; Demo</b>	Artigo	2021
10	Valentine Schumann Thaís Janaina Wenczenovicz	Direito à Educação e Desigualdades Sociais: Perspectivas da Educação Básica Brasileira e o acesso as Tecnologias	Pesquisa e Extensão	Artigo	2022

Fonte: elaborado pelos autores a partir de buscas nas plataformas SciELO e Google Scholar

A discussão sobre cada um dos artigos acima relacionados ocorrerá no próximo tópico, abordando questões as desigualdades relacionadas à educação básica.

#### 4.1. DISCUSSÕES

Após a leitura dos artigos selecionados, trazemos a discussão dos pesquisadores, ressaltando que o tema da desigualdade social relacionado com educação no Brasil continua sendo relevante frente ao cenário atual que perpassa nosso sistema educacional brasileiro.

No primeiro artigo, “*A desigualdade social e suas Implicações no Sistema Educacional Brasileiro social*”, Carvalho e Treviso (2021) abordam problemas relacionados ao sistema educacional brasileiro com enfoque no impedimento da emancipação da classe dominada. Os autores apontam que a sociedade brasileira é marcada por concepções reproduzem as desigualdades. Para isso, apresentam dados que indicam que no Brasil, 27% da renda se concentra em 1% da população e que a questão de gênero é um dos fatores que mais contribuem para as desigualdades sociais no Brasil. O trabalho utiliza a pesquisa do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizada em 2019, para comparar os índices de desemprego de mulheres negras (16,5%) e de homens brancos (8,3%). Para as autoras, “a escola acaba se tornando um lugar onde as estruturas sociais são reproduzidas, deixando claro assim as desigualdades presentes entre os alunos” (CARVALHO; TREVISO, 2021, p. 134). Por fim, elas concluem ser necessária a implantação de uma educação emancipatória e transformadora para, assim, atenuar as desigualdades sociais reproduzidas e transmitidas pela escola.

No texto “A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais”, Furtado e Silva (2020) analisam as mudanças definidas para o “novo” ensino

médio brasileiro, com o foco na reforma curricular que instaura os itinerários formativos. Os autores apontam que as disparidades sociais diante do êxito escolar se vinculam às diferenças culturais, sendo necessário ter em vista as bases sociais do desempenho escolar, e que os argumentos que viabilizaram a Reforma do Ensino Médio negligenciaram tal pressuposto.

Furtado e Silva (2020) argumentam que a lógica de fracionar os conhecimentos no modelo de itinerários acarretará distintas formações e que, no futuro, essas mesmas formações serão subordinadas à situação socioeconômica dos alunos e às condições das instituições de ensino, podendo favorecer a manutenção, a legitimação e a reprodução das disparidades sociais. Na conclusão, os autores enfatizam que as propostas de alterações do Ensino Médio brasileiro, por meio da Lei 13.415/2017, possuem elementos discrepantes e paradoxais, inviabilizando sua implementação nas escolas públicas de todo o Brasil. Além disso, ressaltam que os itinerários formativos da referida legislação multiplicarão uma formação diminuta, baseada em realidades sociais desiguais, elevando as desigualdades e as injustiças que serão reproduzidas e legitimadas pelo próprio campo educacional.

No texto intitulado “A reprodução da desigualdade no ambiente escolar: considerações sobre a formação e políticas educacionais”, Silva e Soares (2020) tratam da pedagogia histórico-crítica no contexto movimento educacional, demonstrando sua relevância para a instituição escolar e para a reorganização dos processos de ensino aprendizagem. Os autores destacam que os docentes brasileiros possuem um conhecimento superficial relacionado à pedagogia histórico-crítica, dificultando sua prática como metodologia de ensino.

De acordo como os autores a instituição escolar age em prol do reconhecimento e da preservação das desigualdades sociais. Para eles, o grupo que possui maiores condições, sempre impõe sua cultura que acaba sendo internalizada e reforçada nas instituições. Desse modo, parte da sociedade acaba se sujeitando a procedimentos discriminatórios.

No artigo “Tensionando a discussão no campo das desigualdades sociais: Uma vivência na educação básica” Ramos, Silva e Evaristo (2020) fazem reflexões sobre a desigualdade educacional a partir de uma experiência na educação básica em uma escola municipal da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, os autores buscaram verificar como o sistema capitalista vem influenciando o sistema educacional de forma negativa, aumentando assim a desigualdade. Uma das soluções encontradas pelos autores para minimizar a desigualdade é a gestão participativa da escola. Os projetos pedagógicos de integração com a comunidade, na concepção de Ramos, Silva e Evaristo (2020), trazem novos aportes para a educação, garantindo assim a permanência dos alunos na escola.

A diferença educacional foi debatida por Nogueira (2021) no artigo: “O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas”. A autora ponderou que pesquisas recentes

mudaram esse conceito pelas transformações no cenário sociocultural e educacional contemporâneo, com as condições de empregabilidade das novas gerações e as novas problemáticas colocadas pela literatura sociológica atualmente. A chegada de “novos públicos” trouxe novos repertórios culturais derivados da cultura popular, da indústria cultural, das culturas juvenis, levando a expressivas mudanças nos padrões curriculares, dentre eles: a) novas linguagens, a exemplo da cultura eletrônico-digital; b) exigências impostas em uma era de globalização; c) desenvolvimento de disposições cosmopolitas da mobilidade geográfica.

No artigo “Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira”, Oliveira e Júnior (2020) apresentam resultados de uma pesquisa acerca do trabalho docente realizado na educação básica frente a pandemia do coronavírus (Covid-19). Os autores expõe aspectos operacionais e metodológicos da pesquisa com 15.654 professores das redes públicas de ensino do país. cujos dados foram coletados por meio de formulário eletrônico. O artigo traz informações sobre o suporte institucional oferecido pelas redes de ensino e os recursos tecnológicos de professores e estudantes para o desenvolvimento de atividades. Os autores constataram que o distanciamento social em decorrência da pandemia comprometeu a rotina de milhões de crianças e jovens. Eles concluíram também que nenhum sistema educativo estava preparado para enfrentar a pandemia, principalmente países que apresentam fragilidades gritantes na oferta educativa, como é o caso do Brasil.

*O trabalho de Costa, Monteiro, Silva, Pereira, Santos (2020), que tem como título “Educação Básica Pública em tempos de pandemia: um ensaio sobre a garantia da igualdade no acesso à educação” buscou analisar se o modelo de Ensino Remoto proposto pelo poder público como alternativa para garantir educação básica atendeu aos princípios estabelecidos nas normativas legais que regem o direito à educação, com equidade de condições de acesso, permanência de todos na escola, entendida pelos autores como o “chão da casa dos estudantes”, e não o espaço físico da instituição escolar.*

O texto examina, também, a viabilidade do Ensino Remoto implementado na Educação Básica, em tempos de pandemia provocada pela COVID-19. Os autores apontam que a sociedade brasileira, historicamente marcada pela injustiça social, revelou outro contraste durante a pandemia: o acesso desigual dos alunos à infraestrutura necessária para se integrar ao Ensino Remoto. Essa assimetria não expõe apenas a carência de equipamentos necessários para que uma parcela considerável da população em idade escolar obrigatória seja incluída ao Ensino Remoto, mas aprofunda o abismo tecnológico que separa nossos estudantes. Os autores ressaltam que o Ensino Remoto não alcançou

todos os estudantes da Educação Básica pública. Ele precisa ser discutido e aperfeiçoado para que o seu propósito não se dilua em suas próximas fases de execução.

Blengini e Rodrigueso (2021), no artigo “*A educação básica sob o ensino remoto na pandemia: aprofundamento das desigualdades educacionais e reconfiguração do “fracasso escolar?”*”, analisaram os dados que indicam um descalabro educacional sob a pandemia de Covid-19 no Brasil. Por meio da análise de estatísticas de acesso à escola, a partir da suspensão das atividades presenciais, o que se viu foi que nenhuma das propostas efetuadas para evitar o “fracasso escolar” da maioria dos estudantes brasileiros considerou as desigualdades raciais e sociais, nem mesmo sob quais condições de moradia, de acesso à equipamentos e se elas se encontravam em espaços minimamente adequados. Cabe mencionar que esta exclusão certamente é subdimensionada já que foi medida apenas por dados que sinalizam acesso ou não a materiais digitais ou impressos.

No artigo “*A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional*”, Trezi (2021) tratou de analisar os possíveis reflexos da pandemia de Covid-19 sobre a educação brasileira, defendendo a ideia de que o Brasil precisa antes de tudo pensar em uma escola que seja justa e inclusiva, e não apenas contar com mudanças pontuais como a introdução de novas tecnologias. Assim, o artigo apresenta, como abertura, um breve relato das mudanças acontecidas na educação do século XVII e, partindo daí, passa a discutir a atual crise de educação no Brasil, agravada pela pandemia de Covid-19.

O autor aponta que a pandemia de Covid-19 escancarou uma realidade educacional que já era conhecida. Essa realidade mostrou-se extremamente cruel e desumana, pois, além de acentuar a desigualdade, fez com que muitas famílias, que já passavam privações, economizassem ainda mais para a aquisição de equipamentos, ainda que rudimentares, para acessar as aulas remotas.

Trezi (2021) chama atenção para a situação das crianças que recebiam a alimentação na escola e, de uma hora para outra, perderam o benefício. O impacto e as sequelas deixados pela pandemia de Covid-19 revelam que se a escola continuar se deixando contaminar por ideologias que levam à exclusão, como a falsa ideia de meritocracia, nos próximos anos continuaremos com os mesmos problemas. Segundo o autor, é necessário que se pense em alternativas que mexam na estrutura da escola e que tragam humanização da mesma.

No artigo “*Direito à Educação e Desigualdades Sociais: Perspectivas da Educação Básica Brasileira e o acesso as Tecnologias*”, Reicher e Wenczenovicz (2022) analisam as dificuldades existentes em relação ao direito a educação e o acesso às tecnologias. Os autores ressaltam que após a chegada do Covid-19, muitos alunos foram prejudicados por não ter acesso aos dispositivos tecnológicos essenciais para continuar com os estudos de forma remota. O autor resalta também

que muitas instituições suspenderam suas aulas por um grande período de tempo. Desse modo, os alunos ficaram sem acesso a escola gerando vários problemas para o aprendizado. As autoras concluem que o Brasil, nos dias atuais, possui um grande déficit em relação a educação, e que o mesmo é gerado pela grande desigualdade social que predomina no país.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os artigos abordados neste estudo demonstram que as relações entre a educação e a reprodução das desigualdades no ensino básico são históricas e marcam a trajetória da educação brasileira com reflexos no desenvolvimento de políticas públicas. Para romper com o ciclo de desigualdades sociais, dentre tantos aspectos, é necessário o investimento em uma educação de qualidade com mais inclusão e equidade, visto que não basta o estudante acessar a escola, é preciso que ele possa permanecer na instituição. A implantação de uma educação crítica e transformadora é fundamental para atenuar as desigualdades sociais reproduzidas e transmitidas pela escola.

Diante disso, podemos concluir que o sistema educacional brasileiro possui alguns desafios, a saber: o aumento de oportunidades educacionais de acesso e de aprendizagem e a garantia de que essas oportunidades sejam equitativamente distribuídas, considerando a localização de moradia, a raça/cor e a renda familiares. É somente desta forma que a Educação Básica, definida constitucionalmente como direito de todos e dever do Estado, será plenamente garantida.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR NETO, Jorge Morgan de. Sucesso escolar e desigualdade social: o poder do capital subjetivo. CSONline, Juiz de Fora, n. 32, p. 65-88, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017: conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei13.4152017?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei13.4152017?OpenDocument). Acesso em: 14 mar. 2017.

BLENGINI, Ana Paula da Graça Souza e RODRIGUES, Fabiana de Cássia. *A educação básica sob o ensino remoto na pandemia: aprofundamento das desigualdades educacionais e reconfiguração do “fracasso escolar”?* Revista **Org & Demo**, 2021

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

CARVALHO, Isabela Freitas de; TREVISIO, Vanessa Cristina. A desigualdade social e suas implicações no sistema educacional brasileiro. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro, v. 1, n. 7, p. 126-139, 2021.

CARVALHO, Tatiane Kelly Pinto de; ANASTÁCIO, Paulo Roberto de Souza; MARTINS, Maráisa Inês de Assis; SILVA, Hugo Henrique. Desigualdades sociais e escolares: perspectivas de ingresso no ensino superior por estudantes da EJA. *Educar Mais*, Pelotas, v. 3, n. 4, p. 591- 605, 2020

Censo da Educação Básica / INEP / MEC. Elaboração: Campanha Nacional pelo Direito à Educação Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2019/07/10/brasil-nao-se-pronuncia-sobre-educacao-em-revisao-de-objetivos-globais-nas-nacoes-unidas/>Acesso em: 10 abril. 2023.

COSTA RIBEIRO, C.A. (2009) *Desigualdade de oportunidades no Brasil*. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm.

COSTA, Júlio Resende; MONTEIRO, Karina Jacob; DA SILVA, Cacilda; PEREIRA, Bianca Marques de Oliveira; DOS SANTOS, Ueslaine Eduarda Pereira. Educação Básica Pública em Tempos de Pandemia: um Ensaio sobre a Garantia da Igualdade no Acesso à Educação. Disponível em: <[co.inicaen.com.br:89/periódicos/index.php/ÚNICA/article/view/173](http://co.inicaen.com.br:89/periódicos/index.php/ÚNICA/article/view/173)>. Acesso em: 28/04/2023

DUBET, François. O que é uma escola justa? *Cad. Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555. dez. 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300002&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 22 abril. 2023.

FURTADO, Renan Santos; SILVA, Vergas Vitória Andrade da. A reforma em curso no ensino médio brasileiro e a naturalização das desigualdades escolares e sociais. *Revista E-Curriculum*, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 158-179, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resultados pesquisa PNAD Covid-19 – indicadores mensais: novembro de 2020, mercado de trabalho. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Out-Dez*, v. 17, n. 4, p. 758–64, 2008.

MUYLAERT, N. (2019). Desigualdades no sistema educacional brasileiro: um estudo comparado. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, 10(15), pp. 83-104.

NOGUEIRA, Maria Alice. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. *Cadernos de Pesquisa*, Belo Horizonte, v. 51, p. 1-13, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas; 2015 [Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil]. [acessado 2023 fev 1]. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil\\_Amigo\\_Pesso\\_Idosa/Agenda2030.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf)

OLIVEIRA, D. A., & PEREIRA JUNIOR, E. A. (2021). Trabalho docente em tempos de pandemia:

mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. *Retratos Da Escola*, 14(30), 719–734.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: PNE 2014/2024 : avaliação e perspectivas / Luiz Fernandes Dourado, (organizador). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2017. – (Série As Dimensões da Formação Humana)

POMPEO, A. et al. Revisão integrativa: etapa inicial do processo de validação de diagnóstico de enfermagem. *Revista Paulista de Enfermagem*[on line] 2009, 22. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/www.redalyc.org/articulo.oa?id=307023838014>>. Acesso em: 10 out. 2023.

RAMOS, Marcele Camargo; SILVA, Edinilson dos Anjos; EVARISTO, Aline Maria Tomaz. Tensionando a discussão no campo das desigualdades sociais: uma vivência na educação básica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 6, n. 9, p. 70170-70177, sep. 2020.

SEABRA, T. Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia, problemas e práticas*, n. 59, p. 75-106. 2009.

SILVA, Alexandre Nascimento da; SOARES, Francisco Alex Pereira. A reprodução da desigualdade no ambiente escolar: considerações sobre a formação e políticas educacionais. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 9, n. 12, p. 1-20, 24 dez. 2020.

SILVA, Nelson do Valle. Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. In: Guimarães, A. S. A. e Huntley, L. (ed.). *Tirando a máscara: ensaios sobre racismo no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 2000.

TREZZI, C. A educação pós-pandemia: uma análise a partir da desigualdade educacional. *Dialogia*, São Paulo, n. 37, p. 1-14, e18268, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18268>. Acesso em: 25 de abril 2023.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Paris: Unesco, 2016. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656\\_por?posInSet=2&queryId=c76304c9-a1b8-42d1-9be6-12709995e02e](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245656_por?posInSet=2&queryId=c76304c9-a1b8-42d1-9be6-12709995e02e). Acesso em: maio. 2023.

REICHERT, E., & WENCZENOVICZ, T. J. Direito à Educação e Desigualdades Sociais: Perspectivas da Educação Básica Brasileira e o acesso as Tecnologias. *Revista Pesquisa e Extensão*, 2022.

RELATÓRIO LUZ DA SOCIEDADE CIVIL AGENDA 2030 DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL BRASIL. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por\\_rl\\_2021\\_completo\\_vs\\_03\\_lowres.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf) acessado em 14/04/2023.